

O DIREITO PENAL NAS SOCIEDADES DIGITAIS

da expansão às perspectivas à
luz do Criminal Dataveillance,
da criminologia e do direito
à não auto-incriminação

Víctor Minervino Quintiere

Prefácio de:

JESUS MARIA
SILVA SANCHEZ



*Conselho Editorial*

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecília Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César
Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP – Brasil

Doutor Marcelo Figueiredo
Professor da PUC/SP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas
Professor Titular da USP – Brasil

Editor Chefe

Plácido Arraes

Editor

Tales Leon de Marco

Produtora Editorial

Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico

Leticia Robini

(Imagens de capa por: Jassir Janis, via Unsplash; Rawpixel; Freepik; Those Icons e Verry Purnomo [modificadas])

Diagramação

Bárbara Rodrigues

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2022, D'Plácido Editora

Copyright © 2022, Victor Minervino Quintiere

Belo Horizonte

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007

Tel.: 31 3261 2801

São Paulo

Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82, Bela Vista – São Paulo, SP – CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

12128732

Catálogo na Publicação (CIP)

Q7 **Quintiere, Victor Minervino**
 O direito penal nas sociedades digitais : da expansão às perspectivas à luz do Criminal Dataveillance, da criminologia e do direito à não auto-incriminação / Victor Minervino Quintiere. – 1. ed. – Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.
 352 p.

ISBN978-65-5589-517-9

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDDir: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



Rodapé



Sumário

<i>Lista de quadros</i>	15
<i>Prólogo</i>	17
<i>Apresentação</i>	21
<i>Introdução</i>	25
1. <i>Expansionismo do direito penal</i>	33
1.1. Compreendendo as sociedades pós-industriais, a pós-modernidade e a modernidade tardia brasileira.....	34
1.2. Jesús-María Silva Sánchez e o Expansionismo penal.....	46
1.3. Velocidades no Direito Penal pós Silva Sánchez: 4ª e 5ª velocidades?.....	112
1.4. Críticas feitas ao expansionismo penal de Jesús-María Silva Sánchez: Uma leitura constitucional.....	115
2. <i>A proteção de dados e o dataveillance no direito brasileiro</i>	119
2.1. Considerações preliminares.....	119
2.2. Proteção de dados no Exterior.....	124
2.2.1. União Europeia.....	124

2.2.2. Estados Unidos da América.....	131
2.3. Mecanismos de proteção de metadados e o conceito de <i>dataveillance</i>	135
2.4. Proteção de metadados na legislação brasileira.....	152
2.4.1. Considerações preliminares a respeito do panorama legislativo existente no Brasil.....	152
2.4.2. O <i>dataveillance</i> na Legislação brasileira: análise crítica.....	162
3. A persecução penal brasileira à luz da constituição federal de 1988.....	169
3.1. Considerações preliminares.....	169
3.2. Direitos Fundamentais aplicáveis ao exame da quinta velocidade do Direito Penal: intimidade na sociedade da informação vs direito ao silêncio (<i>nemo tenetur se detegere</i>).....	170
3.2.1. Direitos fundamentais em perspectiva: anotações introdutórias.....	170
3.2.2. Direito à privacidade x direito à intimidade.....	172
3.2.3. Intimidade na sociedade da informação.....	173
3.2.4. Direito ao silêncio (<i>nemo tenetur se detegere</i>): passado, presente e perspectivas diante do aparelhamento tecnológico próprio das sociedades pós-industriais.....	180
3.2.5. Perspectivas jurisprudenciais do Direito ao silêncio e a sua (in) aplicabilidade para as pessoas jurídicas.....	200
3.2.6. Análise da questão à luz do estudo de caso concreto: O que foi e quais são os efeitos do julgamento RMS 61.302/RJ perante o Superior Tribunal de Justiça.....	212
3.3. Análise crítica do cenário brasileiro a respeito da proteção de dados e sua aplicabilidade no enfrentamento ao crime.....	215
4. Realidade e perspectivas do <i>dataveillance</i> no Brasil.....	221
4.1. Considerações preliminares.....	222
4.2. Diálogo entre o <i>dataveillance</i> e o Direito Processual Penal.....	223
4.3. Os efeitos da tecnologia na persecução penal e no Estado Democrático de Direito Brasileiro: <i>dataveillance</i> racial.....	237

4.4. (In) aplicabilidade do <i>dataveillance</i> como mecanismo preventivo de diminuição de crimes.....	255
4.5. Proposta de regulamentação do <i>dataveillance</i>	262
Conclusões	267
Referências	295
Apêndice A	347